

CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2017/2018

NÚMERO DE REGISTRO NO MTE: RS003355/2017
DATA DE REGISTRO NO MTE: 26/12/2017
NÚMERO DA SOLICITAÇÃO: MR079154/2017
NÚMERO DO PROCESSO: 46271.004719/2017-87
DATA DO PROTOCOLO: 22/12/2017

Confira a autenticidade no endereço <http://www3.mte.gov.br/sistemas/mediador/>.

SINDICATO DAS INDUSTRIAS DE FIACAO, TECELAGEM E MALHARIAS DA REGIAO NORDESTE DO RIO GRANDE DO SUL, CNPJ n. 87.815.452/0001-00, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). PAOLA MARIA VIANNA REGINATTO;

E

SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDUSTRIAS DE FIACAO E TECELAGEM DO DISTRITO DE GALOPOLIS, CNPJ n. 88.661.707/0001-90, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). RENATO JOAO DALLAGNOL;

celebram a presente CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO, estipulando as condições de trabalho previstas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE

As partes fixam a vigência da presente Convenção Coletiva de Trabalho no período de 01º de novembro de 2017 a 31 de outubro de 2018 e a data-base da categoria em 01º de novembro.

CLÁUSULA SEGUNDA - ABRANGÊNCIA

A presente Convenção Coletiva de Trabalho abrangerá a(s) categoria(s) **DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DE FIAÇÃO E TECELAGEM**, com abrangência territorial em **Caxias Do Sul/RS**.

Salários, Reajustes e Pagamento

Piso Salarial

CLÁUSULA TERCEIRA - SALÁRIO NORMATIVO MÍNIMO

01. Aos empregados admitidos após a data base e aos que vierem a ser admitidos na vigência da presente **Convenção Coletiva de Trabalho**, fica assegurado um **Salário Normativo Mínimo** de **R\$ 1.120,13** (um mil cento e vinte reais e treze centavos) mensais ou equivalente em hora a partir de 1º de novembro de 2017. Este valor formará base para eventual procedimento coletivo futuro de qualquer natureza.

02. O salário normativo mínimo não será considerado salário profissional ou substitutivo do salário mínimo legal.

Reajustes/Correções Salariais

CLÁUSULA QUARTA - REAJUSTE SALARIAL

As empresas concederão, na folha de pagamento do mês de novembro de 2017, e a todos os seus empregados admitidos até **1º de novembro de 2016**, um **Reajuste Salarial Total**, para efeito da revisão da **Convenção Coletiva de Trabalho**, correspondente ao percentual de **2,70%** (dois vírgula setenta por cento) a incidir sobre os salários resultantes da **Convenção Coletiva de Trabalho** do ano anterior.

CLÁUSULA QUINTA - REAJUSTE SALARIAL - TABELA DE PROPORCIONALIDADE

Os empregados admitidos entre 1º de novembro de 2016 e 31 de outubro de 2017 terão seus salários alterados pelo único critério da tabela de escalonamento abaixo, entendido para o efeito, exclusivamente, como mês completo a fração igual ou superior a 15 (quinze) dias de efetividade, contados da data de admissão até a data da presente revisão (1º de novembro), percentuais incidentes sobre o salário de admissão:

ADMISSÃO EM	REAJUSTE	ADMISSÃO EM	REAJUSTE
Novembro/2016	2,70%	Maio/2017	1,34%
Dezembro/2016	2,47%	Junho/2017	1,12%
Janeiro/2017	2,24%	Julho/2017	0,89%
Fevereiro/2017	2,02%	Agosto/2017	0,67%
Março/2017	1,79%	Setembro/2017	0,45%
Abril/2017	1,57%	Outubro/2017	0,22%

01. Em hipótese alguma resultante da variação proporcional acima especificada poderá o salário do empregado mais novo no emprego ultrapassar o salário do empregado mais antigo na empresa, exercente de mesmo cargo ou função. Da mesma forma não poderá empregado que na data de sua admissão percebia salário igual ou inferior ao de outros, passar a perceber, por força do ora estabelecido salário superior ao daquele.

Pagamento de Salário – Formas e Prazos

CLÁUSULA SEXTA - COMPENSAÇÃO DOS REAJUSTES NO PERÍODO REVISANDO

Os reajustes salariais concedidos entre 1º de novembro de 2016 e 31 de outubro de 2017, poderão ser utilizados para compensação com as variações aqui previstas, uma vez que os percentuais do reajuste salarial ora concedidos incorporam todos os reajustes salariais espontâneos, coercitivos, acordados ou abonados, previstos de 1º de novembro de 2016 até 31 de outubro de 2017, inclusive, zerando quaisquer índices inflacionários da categoria até a data base (1º de novembro).

CLÁUSULA SÉTIMA - COMPENSAÇÃO DE REAJUSTES FUTUROS

Os reajustes salariais espontâneos ou coercitivos, com exceção dos concedidos nesta convenção, praticados a partir de 1º de novembro de 2017 e na vigência da presente Convenção Coletiva de Trabalho poderão ser utilizadas

como antecipação e para compensação em procedimento coletivo futuro, de natureza legal ou não, de feito revisional ou ainda decorrentes de política salarial.

CLÁUSULA OITAVA - COMPENSAÇÃO E PAGAMENTO DO REAJUSTE SALARIAL

Os reajustes até agora previstos serão praticados juntamente com a folha de pagamento do mês de novembro de 2017, ou em até 30 (trinta) dias após o protocolo da presente no órgão competente, ficando o salário dos empregados vinculados às empresas pertencentes ao Sindicato Patronal, com a presente revisão, considerados atualizados e compostos pela presente transação até a data base da categoria (1º de novembro).

CLÁUSULA NONA - QUITAÇÃO DO PERÍODO REVISANDO

Com a concessão dos reajustes salariais mencionados acima, fica integralmente cumprida pelas empresas integrantes da categoria econômica toda a legislação aplicável de 1º de novembro de 2016 até 31 de outubro de 2017, incluindo todos os diplomas legais pertinentes a política salarial do aludido período, ficando estipulado que o salário resultante da aplicação dos percentuais acima previstos formarão base para eventual procedimento coletivo futuro.

Descontos Salariais

CLÁUSULA DÉCIMA - DESCONTOS EM FOLHA - AUTORIZAÇÃO

01. Será permitida a autorização individual para lançamento em folha de pagamento dos descontos prévia e por escrito autorizados pelos empregados, a teor de clausulamento já tradicional e existente em revisões anteriores.

02. A autorização poderá ser revogada a qualquer momento pelo empregado, sempre por escrito, ainda que sem justificativa.

03. Ressalva que qualquer reivindicação referente a esta cláusula corresponderá a ação de cumprimento de sentença normativa.

04. As autorizações e as revogações serão efetuadas em duas vias de igual teor, uma das quais será fornecida ao empregado mediante recibo, tendo eficácia tão somente para o futuro, respeitados os compromissos já assumidos e/ou cumpridos pelos empregados.

Outras normas referentes a salários, reajustes, pagamentos e critérios para cálculo

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - PAGAMENTO DE SALÁRIOS E VERBAS RESCISÓRIAS

01. O pagamento dos salários quando feitos no 5º (quinto) dia útil e este recair em sexta-feira ou véspera de feriado, se em cheque, deverá ser efetuado até às 12:00 (doze horas); se o pagamento após aquele horário, deverá ser feito em moeda corrente ou crédito em conta corrente bancária.

02. O pagamento das verbas rescisórias quando o último dia do prazo recair em sexta-feira ou véspera de feriado, se efetuado em cheque, deverá ser realizado até às 12:00 (doze horas); após aquele horário, deverá ser feito em moeda corrente ou crédito em conta corrente bancária.

Gratificações, Adicionais, Auxílios e Outros

Adicional de Tempo de Serviço

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - QUINQUÊNIO

A partir de 1º de novembro de 2017, os empregados passarão a perceber o valor de **R\$ 59,12** (cinquenta e nove reais e doze centavos) por período de 05 (cinco) anos de serviço efetivo contínuo prestado pelo empregado na mesma empresa, a título de adicional por Tempo de Serviço – **Quinquênio**, respeitado para fins de cálculo o máximo de 05 (cinco) quinquênios, correspondente a 25 (vinte e cinco) anos de serviço.

Auxílio Educação

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - AUXÍLIO ESCOLAR

Fica instituída, inclusive e expressamente para a previsão do disposto na alínea "t", do inciso "5", do § 9º, do art. 28, da Lei nº 9.528, de 10 de dezembro de 1997, e dentro do permissivo do art. 7º, da Constituição Federal, o seguinte plano educacional para os empregados que percebam um salário igual ou inferior a 3 (três) salários normativos mínimos estabelecidos na presente revisão, sem que tal benefício integre a remuneração do empregado ou seja considerado como salário "in natura", dentro das seguintes condições:

01. Para os trabalhadores que estejam cursando os ensinos fundamental ou médio, será pago uma ajuda de custo para material escolar no valor de **R\$ 179,30** (cento e setenta e nove reais e trinta centavos) até 10 de outubro de 2018, mediante comprovante de matrícula e frequência.

02. Ficam isentas do pagamento deste auxílio as empresas que mantêm fundações e que já destinam doações deste gênero em montante anual igual ou superior a **R\$ 179,30** (cento e setenta e nove reais e trinta centavos) por beneficiário acima especificado.

Auxílio Morte/Funeral

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - AUXÍLIO FUNERAL

As empresas cujos empregados não estiverem abrangidos por seguro de vida em grupo ou outros benefícios equivalentes, pagarão aos herdeiros do empregado que venha a falecer durante a vigência da presente convenção uma indenização equivalente a **1,5 (um e meio) Salário Normativo Mínimo** da categoria vigente à época do falecimento a título de **Auxílio Funeral**.

Contrato de Trabalho – Admissão, Demissão, Modalidades

Desligamento/Demissão

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - RESCISÃO DE CONTRATO DE TRABALHO - ASSISTÊNCIA

Aos empregados de empresas representadas pelo sindicato profissional que contarem com 06 (seis) ou mais meses de efetividade funcional, terão suas rescisões contratuais assistidas pelo Sindicato Profissional.

01. Para os empregados contratados através de contrato de aprendizagem esta exigência aplica-se aos contratos superiores a um ano.

Aviso Prévio

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - AVISO PRÉVIO - DISPENSA DE CUMPRIMENTO

Dispensa por parte das empresas do restante do aviso prévio, quando o empregado despedido e pré-avisado comprovar, por escrito, a obtenção de novo emprego, sendo responsabilidade das empresas somente os dias trabalhados no período do aviso.

Relações de Trabalho – Condições de Trabalho, Normas de Pessoal e Estabilidades

Estabilidade Aposentadoria

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - PERÍODO PRÉ APOSENTADORIA - ESTABILIDADE

Os empregados que estiverem a 12 (doze) meses de sua possível aposentadoria, por idade ou tempo de serviço, terão neste período garantia de emprego condicionada a:

01. Percebam remuneração mensal não superior a 2,5 (dois e meio) salários normativos mínimos, na época da comunicação prevista no subitem 03 (zero três) abaixo.

02. Tenham uma efetividade mínima de 10 (dez) anos na mesma empresa.

03. Comuniquem e comprovem o início do período de 12 (doze) meses, em forma de ofício assinado por si, assistido pelo Sindicato Profissional, em duas vias de igual teor e forma, numa das quais deverá constar, para validade, o obrigatório ciente da empresa.

04. A garantia estabelecida na presente cláusula cessará na hipótese do empregado não se aposentar na data prevista para tal e mencionada no ofício ou não lhe for concedida a aposentadoria, não sendo em nenhuma hipótese prorrogável a garantia de emprego em causa.

05. A garantia de emprego só poderá ser solicitada em uma única oportunidade, não sendo viável renová-la.

06. O empregado que receber aviso prévio, a partir desta data não poderá usar do presente dispositivo.

Jornada de Trabalho – Duração, Distribuição, Controle, Faltas

Duração e Horário

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - JORNADA COMPENSATÓRIA DE 12 X 36

Os Sindicatos convenientes, considerando a escassez de transporte público regular aos trabalhadores em horário noturno e a falta de segurança pública, atendendo ao interesse dos representados das respectivas categorias, profissional e patronal, acordam que os empregados vigilantes poderão trabalhar em escala de jornada de trabalho de 12 (doze) horas de trabalho por 36 (trinta e seis) horas de descanso, sem que as horas excedentes à oitava de cada jornada sejam consideradas extraordinárias, mesmo na hipótese de atividade insalubre.

Compensação de Jornada

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - COMPENSAÇÃO DE HORÁRIO

Confirmando uso e costume já estabelecido, respeitando, ainda, o número de horas de trabalho contratual e semanal, poderão as empresas, ultrapassar a jornada normal até o máximo legal permitido, inclusive em atividade insalubre, visando a compensação das horas não trabalhadas em algum dia da semana, inclusive aos sábados, sem que este acréscimo seja considerado como horas extras, garantindo o repouso semanal remunerado de um dia, independentemente de feriados e observados os critérios adotados na cláusula “ Compensação Extraordinária da Jornada de Trabalho” prevista nesta Convenção.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - COMPENSAÇÃO DE HORÁRIO - FERIADÕES

01. Sempre que ocorrer a hipótese de um dia útil recair entre feriados ou dias de repouso, as empresas ficam autorizadas a promover compensação das horas deste dia em outras datas, de acordo com a conveniência do trabalho, desde que haja concordância, mediante votação secreta, de no mínimo de 50% (cinquenta por cento) "mais um", dos empregados em atividade laboral no dia da votação.

02. Caso os empregados optem por não trabalhar nesses dias, e sendo também de interesse da empresa, com perda do respectivo salário do dia e, por consequência, sem compensação do horário suprimido, a adesão deverá ser no mínimo de 60% (sessenta por cento).

03. Será permitido o trabalho em dias de feriados, com exceção dos dias de Natal, Ano Novo, Sexta-feira Santa e 1º de Maio, desde que haja concordância, mediante votação secreta, de no mínimo de 50% (cinquenta por cento) "mais um", dos empregados em atividade laboral no dia da votação. Nessa hipótese, o trabalho realizado em feriados será compensado com o descanso em outro dia ou remunerado com o adicional legal, não sendo permitido lançar estas horas em Banco de Horas.

04. Esta compensação será comunicada ao Sindicato Profissional com antecedência de 48 (quarenta e oito) horas.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - COMPENSAÇÃO EXTRAORDINÁRIA DA JORNADA DE TRABALHO - BANCO DE HORAS

Ratificada a compensação de horário semanal prevista na cláusula “Compensação de Horário”, as empresas poderão adotar a compensação extraordinária da jornada de trabalho (sistema de débito e crédito de horas de trabalho), nos termos da legislação vigente, observada a jornada diária máxima de 10 (dez) horas e assegurado o repouso semanal remunerado, ressalvadas as hipóteses do art. 61 da CLT:

01. A compensação realizada nestes termos não acarretará qualquer modificação no salário mensal do empregado.

02. As empresas que optarem pela implantação da compensação extraordinária aqui prevista deverão comunicar, com antecedência mínima de 05 (cinco) dias, ao Sindicato Profissional.

03. As empresas enviarão para o Sindicato Profissional, a cada 90 (noventa) dias, uma relação, por empregado, das horas em compensação, bem como manterão os empregados informados nos mesmos termos.

04. Ocorrendo rescisão do contrato de trabalho sem que tenha havido a compensação integral da eventual jornada extraordinária, o empregado fará jus ao pagamento das horas suplementares não compensadas, calculadas com o adicional de lei e na forma do § 3º, do art. 59, da CLT, com a redação adotada pelo art. 6º, da Lei nº 9.601/98.

05. No caso de rescisão do contrato de trabalho por iniciativa do empregado serão descontados do mesmo os dias não trabalhados e eventualmente pagos pela empresa.

06. Na hipótese de demissão por iniciativa da empresa, não haverá quaisquer descontos do empregado de eventuais horas pagas e não compensadas.

07. Em qualquer hipótese, a compensação somente poderá ser feita no máximo durante 02 (duas) horas diárias de segunda a sexta-feira, ou aos sábados, sempre assegurando um sábado livre por mês, de preferência aquele após o pagamento mensal, ressalvadas as previsões do art. 61 da CLT.

07.01. Para os empregados que não laboram normalmente aos sábados, a jornada para efeitos da compensação extraordinária aqui prevista, será de no máximo 08 (oito) horas.

08. As empresas comunicarão, por escrito, aos empregados e ao Sindicato Profissional, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas, a dispensa do trabalho para efeitos de compensação, exceção feita às previsões do art. 61 da CLT.

08.01. O empregado que justificar, por escrito, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, sua ausência no horário definido para compensação, poderá compensá-lo em outra oportunidade. Não havendo possibilidade de compensação em outra oportunidade, a empresa fica autorizada a descontar do empregado em folha de pagamento as horas não compensadas.

09. Para a implantação da compensação extraordinária da jornada de trabalho, nos termos desta cláusula, a Empresa deverá implementar o registro de horário de seus empregados, quer de forma manual, mecânica ou eletrônica.

10. A hora suplementar não compensada até o final do prazo de compensação ingressará na folha de pagamento do mês onde ocorrer o término do prazo de compensação.

10.01. Na hipótese de eventuais horas pagas e não compensadas (crédito para a empresa) não haverá quaisquer descontos do empregado, ressalvada a previsão do subitem 08.01 supra.

10.02. Na hipótese de eventuais horas suplementares realizadas e não compensadas (crédito para o empregado) o pagamento das mesmas deverá ser feito com o adicional de 50% (cinquenta por cento).

11. As empresas não prejudicarão as empregadas que tenham filhos em creches, escolinhas e as gestantes, além dos empregados estudantes matriculados em estabelecimentos de ensino oficial ou reconhecidos ou em cursos profissionalizantes.

11.01. Na hipótese de trabalho suplementar de empregadas com filhos em creches ou escolinhas, das gestantes e de empregados estudantes, deverá haver requerimento expresso do empregado, assistido pelo Sindicato Profissional.

12. O cancelamento desta jornada flexível poderá ser feito a qualquer momento mediante comunicação ao Sindicato Profissional e aos empregados.

13. A compensação extraordinária aqui prevista poderá ser adotada em toda a empresa, em unidades fabris, em linhas de atividades, ou individualmente de forma alternada para os empregados que desempenham a mesma função, de conformidade com a conveniência das empresas.

14. A compensação extraordinária da jornada de trabalho aqui prevista não implicará em prejuízos aos empregados relativos à décimo terceiro salário, férias e repouso semanais remunerados.

15. Será nula a presente compensação extraordinária na hipótese de descumprimento de qualquer dos itens anteriores.

Intervalos para Descanso

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - INTERVALO PARA ALIMENTAÇÃO - REDUÇÃO

Será permitido adotar intervalos para repouso e alimentação com períodos a partir de 30 (trinta) minutos.

Faltas

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - ABONO DE FALTAS - FALECIMENTO E INTERNAÇÃO HOSPITALAR

01. As empresas abonarão, durante a vigência da presente convenção, 01 (um) dia de serviço para o caso de falecimento de sogro ou sogra, contado a partir do exato momento da morte.

02. Abonarão, ainda, as empresas, durante a vigência da presente convenção, 03 (três) dias de serviço para o caso de internação hospitalar de filho menor de 07 (sete) anos de idade, comprovado os fatos em até 48 (quarenta e oito) horas após o evento.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - ABONO DE FALTAS - ESTUDANTE

01. As empresas abonarão os períodos de ausência dos empregados estudantes, exclusivamente para a prestação de exames e vestibulares, realizados desde que estejam os mesmos matriculados em estabelecimentos de ensino oficial ou reconhecido, e os exames se realizarem em horário total ou parcialmente conflitante com o seu turno de trabalho.

02. O empregado, para gozar do benefício acima previsto, deverá avisar ao empregador com uma antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas, obrigado, ainda, a comprovar posteriormente o fato através de atestado fornecido pelo estabelecimento escolar.

Outras disposições sobre jornada

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - TRANSPORTE - PERÍODO DE TRAJETO

Na hipótese das empresas fornecerem ou subsidiarem, total ou parcialmente, condução aos seus empregados para e do local de trabalho, em qualquer horário, o tempo gasto nos períodos de trajeto não será considerado de disponibilidade, nem poderá gerar quaisquer efeitos na contratualidade laboral.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - FLEXIBILIZAÇÃO DA JORNADA DE TRABALHO

As empresas poderão, em situação de dificuldades, flexibilizar a jornada de trabalho de seus empregados, cumprindo a previsão legal e adotando as seguintes condições:

01. A jornada flexível poderá ser adotada em toda a empresa, em unidades fabris ou em linhas de atividades, de conformidade com a conveniência das empresas com a concordância dos empregados e a participação do Sindicato Profissional;

02. Quando da decisão de flexibilização da jornada de trabalho as empresas comunicarão com uma antecedência mínima de 10 (dez) dias o Sindicato Profissional;

03. A flexibilização da jornada de trabalho será adotada por votação secreta acompanhada por 01 (um) membro do Sindicato Profissional, mediante aprovação de 60% (sessenta por cento) dos empregados em efetivo exercício e que sejam atingidos pela flexibilização;

04. As empresas poderão suprimir dias de trabalho e os respectivos salários, sempre limitado ao máximo de 05 (cinco) dias por mês;

05. O cancelamento desta jornada flexível poderá ser feito a qualquer momento mediante comunicação ao Sindicato Profissional e aos empregados;

06. A redução decorrente da jornada flexível não implicará em prejuízos aos empregados relativos a décimo terceiro salário, férias e repousos semanais remunerados;

07. Demais cláusulas do acordo de flexibilização no que tange a proteção do empregado não estando aqui especificadas, serão objeto de livre negociação entre as partes, reitere-se Empresa e Sindicato Profissional

Saúde e Segurança do Trabalhador

Equipamentos de Segurança

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO E SEGURANÇA - FORNECIMENTO

As empresas fornecerão gratuitamente uniformes aos seus empregados, em número não inferior a 02 (dois) anuais, quando exigido o seu uso obrigatório. Ocorrendo a hipótese de saída do empregado do emprego, esta determinará a devolução dos uniformes.

CIPA – composição, eleição, atribuições, garantias aos cipeiros

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - CIPA - RELAÇÃO DOS ELEITOS

As empresas enviarão ao Sindicato Profissional, no prazo de 10 (dez) dias após a eleição, a relação dos empregados eleitos na Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA).

Aceitação de Atestados Médicos

CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA - ATESTADOS MÉDICOS - VALIDADE

As empresas reconhecerão validade aos atestados médicos fornecidos pelos médicos do Sindicato Profissional, credenciados pelo INSS, desde que os atestados sejam visados pelo médico da empresa e não atestem períodos superiores a 01 (um) dia de ausência ao serviço.

Relações Sindicais

Contribuições Sindicais

CLÁUSULA TRIGÉSIMA - CONTRIBUIÇÃO PATRONAL PARA FAZER FACE AOS RECURSOS NECESSÁRIOS DA CONVENÇÃO

As empresas que possuírem mais de **03 (três) empregados** em seu quadro funcional, recolherão para o **Sindicato das Indústrias de Fiação, Tecelagem e Malharias da Região Nordeste do RS - FITEMASUL**, o valor correspondente a **15%** (quinze por cento) do Salário Normativo por empregado, da seguinte forma:

01. Até **30 de Janeiro de 2018**, recolherão o valor correspondente a **3,00%** (três por cento) do salário normativo por empregado constante da folha de pagamento do mês de **Dezembro de 2017**.

02. Até **30 de Março de 2018**, recolherão o valor correspondente a **3,00%** (três por cento) do salário normativo por empregado constante da folha de pagamento do mês de **Fevereiro de 2018**.

03. Até **30 de Maio de 2018**, recolherão o valor correspondente a **3,00%** (três por cento) do salário normativo por empregado constante da folha de pagamento do mês de **Abril de 2018**.

04. Até **30 de Julho de 2018**, recolherão o valor correspondente a **3,00%** (três por cento) do salário normativo por empregado constante da folha de pagamento do mês de **Junho de 2018**.

05. Até **30 de Setembro de 2018**, recolherão o valor correspondente a **3,00%** (três por cento) do salário normativo por empregado constante da folha de pagamento do mês de **Agosto de 2018**.

06. As empresas que **não possuírem empregados** ou com até **03 (três) empregados**, recolherão a favor do **Sindicato Patronal**, **05** (cinco) **parcelas** de **R\$ 98,60** (noventa e oito reais e sessenta centavos) **cada**, até os dias **30 de janeiro, 30 de março, 30 de maio, 30 de julho e 30 de setembro de 2018**, respectivamente.

07. Qualquer atraso nos recolhimentos acima importará em correção monetária, acrescida de juros legais e multa de 2% (dois por cento).

CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA - TAXA DE MANUTENÇÃO - SINDICATO PROFISSIONAL

01. As empresas descontarão de todos os seus empregados, prestadores de serviços sindicalizados ou não e beneficiados ou não pela presente revisão, em favor do Sindicato Profissional, por conta e responsabilidade do mesmo, o valor equivalente a **2,50%** (dois vírgula cinquenta por cento) do salário de cada trabalhador na folha de pagamento do mês de **Maio de 2018** e **2,50%** (dois vírgula cinquenta por cento) do salário de cada trabalhador na folha de pagamento do mês de **Julho de 2018**, a título de “**Taxa de Manutenção**”, para o financiamento da negociação coletiva, para reembolso do custo de transporte aos participantes das assembleias, para o custeio da reestruturação da Entidade Sindical da categoria e outras atividades sindicais, em conformidade com o Art. 2º, letra “g” do Estatuto Social, com a Assembleia Geral e seu Edital de Convocação.

02. Fica estabelecido o prazo de 20 (vinte) dias, a contar da realização da Assembleia, para os empregados se manifestarem contrários ao desconto, diretamente na Entidade Sindical Profissional, por escrito e individualmente, conforme previsto no Edital de Convocação.

03. Os valores correspondentes aos descontos acima citados deverão ser repassados ao Sindicato Profissional até o 10º (décimo) dia subsequente aos do desconto.

Disposições Gerais

Mecanismos de Solução de Conflitos

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA - DIVERGÊNCIAS

Quaisquer divergências na aplicação das normas da presente **Convenção Coletiva de Trabalho**, deverá ser resolvida em reunião convocada pela parte interessada, mediante prévia comunicação à parte adversa com 10 (dez) dias de antecedência. Permanecendo a divergência quanto à aplicabilidade desta Convenção, a parte poderá recorrer à Justiça do Trabalho.

Aplicação do Instrumento Coletivo

CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA - EFICÁCIA DA CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO

A eficácia da presente **Convenção Coletiva de Trabalho** fica condicionada a prévio depósito de uma via no órgão **Regional do Ministério do Trabalho e Emprego**, o que as partes comprometem-se a fazê-lo conjuntamente.

Descumprimento do Instrumento Coletivo

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUARTA - COMINAÇÕES E INTERPRETAÇÃO DA CONVENÇÃO COLETIVA

DE TRABALHO

Na vigência da presente **Convenção Coletiva de Trabalho** as cominações para eventuais infrações das condições aqui estabelecidas serão aquelas previstas nas cláusulas próprias e/ou que tenham previsão legal.

As partes declaram que esta Convenção Coletiva de Trabalho foi fruto de negociação, havendo concessões recíprocas, embora não individualizadas, decorrentes dos interesses das respectivas categorias. Desta forma, nenhuma cláusula poderá ser analisada individualmente, adotando-se o princípio do conglobamento.

PAOLA MARIA VIANNA REGINATTO

Presidente

**SINDICATO DAS INDUSTRIAS DE FIACAO, TECELAGEM E MALHARIAS DA REGIAO
NORDESTE DO RIO GRANDE DO SUL**

RENATO JOAO DALLAGNOL

Presidente

**SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDUSTRIAS DE FIACAO E TECELAGEM DO
DISTRITO DE GALOPOLIS**

ANEXOS

ANEXO I - LISTA DE PRESENÇA

[Anexo \(PDF\)](#)

ANEXO II - ATA DA ASSEMBLEIA

[Anexo \(PDF\)](#)

A autenticidade deste documento poderá ser confirmada na página do Ministério do Trabalho e Emprego na Internet, no endereço <http://www.mte.gov.br>.